

Edilson Pereira Nobre Júnior

PARADIGMAS DO DIREITO
ADMINISTRATIVO SANCIONADOR
NO ESTADO CONSTITUCIONAL

Danilo Miranda Vieira
Edilson Pereira Nobre Júnior
Ednaldo Silva Ferreira Júnior
Flávio Germano de Sena Teixeira Júnior
Manoel de Oliveira Erhardt
Maria Madalena Salsa Aguiar
Nathália Nóbrega Cocentino
Pedro de Oliveira Alves
Pedro Dias de Oliveira Netto
Romero Paes Barreto de Albuquerque
Ronny Charles Lopes de Torres
Victor Gabriel Alcantara de Albuquerque
Vitor Galvão Fraga



Todos os direitos reservados. Nenhuma parte desta edição pode ser utilizada ou reproduzida em qualquer meio ou forma, seja mecânico ou eletrônico, fotocópia, gravação etc. – nem apropriada ou estocada em sistema de banco de dados, sem a expressa autorização da editora.



DIALÉTICA
EDITORA

 /editoradialetica

 @editoradialetica

www.editoradialetica.com

Copyright © 2021 by Editora Dialética Ltda.

Copyright © 2021 by Edilson Pereira Nobre Júnior (org.)

EQUIPE EDITORIAL

Editores-chefes

Prof. Dr. Rafael Alem Mello Ferreira

Prof. Dr. Vitor Amaral Medrado

Designer Responsável

Daniela Malacco

Produtora Editorial

Camila Gabarrão

Controle de Qualidade

Maria Laura Rosa

Capa

Amanda Guerreiro

Diagramação

Gilmar Santos

Preparação de Texto

Lucas Ben

Suzana Itano

Revisão

Responsabilidade do autor

Assistentes Editoriais

Jean Farias

Letícia Machado

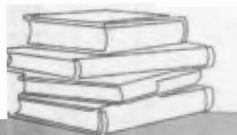
Ludmila Vieira

Estagiárias

Georgja Oliveira

Larissa Teixeira

Laís Silva Cordeiro



Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P222d

Paradigmas do Direito Administrativo Sancionador no Estado constitucional / organização Edilson Pereira Nobre Júnior; prefácio José Roberto Pimenta Oliveira. – São Paulo : Editora Dialética, 2021. 284 p.

Inclui bibliografia.

ISBN 978-65-252-1773-4

1. Direito Administrativo. 2. Estado Constitucional. 3. Administração Pública. I. Título.

CDD 342

CDU 342

SUMARIO

- 1. A RESPONSABILIDADE ADMINISTRATIVA DA PESSOA JURÍDICA NO ÂMBITO DA LEI ANTICORRUPÇÃO: REFLEXÕES ACERCA DA CULPABILIDADE EMPRESARIAL 17**
- Pedro Dias de Oliveira Netto*
- 2. ATIVIDADE FISCALIZATÓRIA E SANCIONATÓRIA DO CONTROLE EM FACE DOS CONTRATOS DE FOMENTO À INOVAÇÃO 39**
- Danilo Miranda Vieira*
- 3. A LEI DE IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA NA VISÃO DAS CORTES SUPERIORES: UM PANORAMA DA JURISPRUDÊNCIA DO STF E DO STJ 63**
- Manoel de Oliveira Erhardt*
- 4. SANÇÕES ADMINISTRATIVAS E CONSENSUALIDADE. O ACORDO DE LENIÊNCIA DA LEI Nº 12.846/2013 101**
- Edilson Pereira Nobre Júnior
Maria Madalena Salsa de Aguiar
Nathália Nóbrega Cocentino*
- 5. DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR NO ÂMBITO DA NOVA LEI DE LICITAÇÕES E CONTRATOS 129**
- Ronny Charles Lopes de Torres*
- 6. O NE BIS IN IDEM NO DIREITO ADMINISTRATIVO SANCIONADOR. UM OLHAR SOBRE O DIREITO EUROPEU E O DIREITO BRASILEIRO 151**
- Vitor Galvão Fraga*

**7. A REABILITAÇÃO – OU RELEVAÇÃO DE IMPEDIMENTOS –
NAS COMPRAS PÚBLICAS: UMA ANÁLISE COMPARADA DO
SELF-CLEANING ENTRE OS REGIMES DA NOVA LEI DE
LICITAÇÕES E CONTRATOS ADMINISTRATIVOS BRASILEIRA
E O CÓDIGO DE CONTRATOS PÚBLICOS PORTUGUÊS 205**

Ednaldo Silva Ferreira Júnior

**8. ASPECTOS RELACIONADOS À COMPETÊNCIA
SANCIONATÓRIA NO ÂMBITO DA LEI DAS ESTATAIS 225**

Romero Paes Barreto de Albuquerque

**9. MOMENTO-LIMITE PARA A HOMOLOGAÇÃO DE
ACORDO DE NÃO PERSECUÇÃO CÍVEL EM AÇÕES DE
IMPROBIDADE ADMINISTRATIVA 243**

Flávio Germano de Sena Teixeira Júnior

**10. A LEGITIMIDADE DO DIREITO ADMINISTRATIVO
SANCIONADOR NO ESTADO CONSTITUCIONAL:
A EXIGÊNCIA DE PROPORCIONALIDADE NA APLICAÇÃO
DE SANÇÕES PELA ANATEL 259**

Pedro de Oliveira Alves

Victor Gabriel Alcantara de Albuquerque